

Setembro 1974
Da Embaixada dos EUA em Brasília
Para Secretário de Estado Washington DC
Info USLO Pequim
Embaixada dos EUA em Taipé
Cônsul dos EUA em Hong Kong

Assunto: Relações sino-brasileiras

Resumo: O reconhecimento da RPC pelo Brasil em 15 de agosto foi bem recebido no Brasil, sendo os comentários maiores dedicados aos benefícios econômicos que se espera que decorram para o Brasil em consequência do novo relacionamento. Acreditamos, porém, que o desejo do Brasil de afirmar uma política externa independente foi uma das razões principais da ação brasileira. Fim do resumo.

1. O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China veio completar um processo de aproximação que parece ter começado em 1971, quando o empresário brasileiro Horácio Coimbra, acompanhado por uma escolta “extra-oficial” do Ministério das Relações Exteriores, visitou a feira de comércio de Cantão a convite do governo chinês. Seguiram-se visitas à China por parte de representantes da associação de exportadores brasileiros, em 1972 e 1974, tendo esta última missão incluído representantes do governo brasileiro, e culminado na chegada ao Brasil, em 7 de agosto, de uma delegação chinesa composta de 11 participantes.

2. De acordo com fontes brasileiras de alto nível, pouco depois de tomar posse o governo Geisel decidiu estudar as perspectivas de relações com a China. Durante uma conversa mantida em 22 de agosto com o ministro da Justiça Falcão, o DATT foi informado de que todos os membros do Conselho de Segurança Nacional haviam sido consultados no início de abril sobre a questão da China, e que uma posição em favor do reconhecimento foi estabelecida naquele momento. A decisão de reconhecer a China mais cedo em lugar de mais tarde foi tomada, aparentemente, quando ficou claro que, de acordo com o “Estado de São Paulo” (16 de agosto), “... não seria possível organizar qualquer intercâmbio comercial ou econômico com a China sem o estabelecimento prévio de relações diplomáticas”. Isto se refletiu nas poucas declarações públicas do líder da delegação chinesa, Chen Chien, antes do anúncio do estabelecimento das relações, quando ele vinculou de maneira constante o aumento dos laços comerciais entre Brasil e China ao estabelecimento de “relações de Estado”. Várias fontes nos informam que a delegação chinesa, imediatamente após sua chegada, em 7 de agosto, começou a fazer pressão pelo estabelecimento de relações, nas reuniões que manteve com o governo brasileiro.

3. De acordo com um jornalista bem informado, o presidente Geisel aprovou o estabelecimento de relações com a China em 12 de agosto, mas deixou em aberto o momento em que a decisão seria comunicada aos chineses (uma fonte do DATT que acompanhou o grupo disse que a decisão foi tomada em 8 de agosto). A intenção parece ter sido permitir que fosse exercida pressão sobre a delegação chinesa para incluir dois itens que são de alta prioridade para o Brasil, o petróleo e o carvão mineral, na lista acordada de itens a serem analisados para trocas comerciais. Segundo a mesma fonte, a delegação chinesa recebeu autorização para isso de Pequim na quarta-feira, 14 de agosto, e o acordo para o estabelecimento de relações foi fechado no mesmo dia, para ser anunciado no dia 15 de agosto. O anúncio dessa decisão pode ter sido antecipado na carta de 12 de agosto do presidente Geisel ao presidente Ford _de fato, isso pode ter sido parte do processo preparatório_, na qual foi feita referência pontual à natureza “ecumênica” e “contemporânea” da política externa de Geisel. O anúncio

foi bem-recebido no Brasil, chegando a ser saudado como prova de “diplomacia adulta”, nas palavras de um editorialista de destaque. Ainda não tivemos notícia de expressões sérias de insatisfação entre membros do “sistema” brasileiro, incluindo os membros da hierarquia militar normalmente vistos como sendo “de linha dura”.

4. É difícil definir, neste momento, as perspectivas exatas de benefício comercial para o Brasil em decorrência do reconhecimento da China. Enquanto alguns observadores apontam para a vantagem evidente para o Brasil em termos da diversificação de suas fontes de importações de energia, outros atribuem pouca importância a esse aspecto do comércio possível e apontam para o enorme mercado chinês potencial para produtos agrícolas e bens de consumo brasileiros como sendo a área de benefício real para o Brasil. Sejam quais forem os méritos desses argumentos, está claro que a atração do comércio com a China pesou muito na decisão do Brasil; alguns contratos comerciais com a China provavelmente serão assinados no futuro próximo (esse aspecto será tratado em telegrama separado). Está igualmente claro, porém, que, nas palavras do “Estado de São Paulo”, “seria ingênuo supor que a decisão se orienta apenas na direção da economia ou do comércio”. De acordo com esse jornal, existe “sobretudo a necessidade de iniciar um diálogo direto com a grande potência que tem posições semelhantes às do Brasil em questões tais como o mar territorial e a exploração de recursos naturais, política demográfica e a defesa dos preços das matérias-primas”.

5. Ao mesmo tempo em que todos esses elementos oferecem razões válidas para a decisão brasileira de reconhecer a China, acreditamos que um elemento importante _e, possivelmente, o mais importante de todos_ que pesou na decisão tenha sido o impulso do Brasil de declarar uma política externa independente, colocando em prática o elemento “ecumênico” do “pragmatismo responsável” da administração Geisel. Acreditamos que a decisão de reconhecer a China, da maneira um tanto quanto repentina como isso foi feito, não foi tomada em resposta às perspectivas de vantagens econômicas imediatas, e sim é mais evidência do que parece ser uma tendência da administração Geisel de impelir o Brasil para a liga dos grandes jogadores internacionais.

Tradução: Clara Allain